



CORTESE & CORTESE LTDA.
C.N.P.J. n.º
CONTRATO SOCIAL

RUI CORTESE, brasileiro, casado, regime de Comunhão Parcial de Bens empresário, portador da C.I. n.º 1.168.837-3, expedida pela SSP - PR e CIC n.º 137.527.239 - 04, residente e domiciliado à Rua Duque de Caxias, 563, CEP 85580-000, na cidade de Itapejara D'Oeste Pr, e **RUI ALEX CORTESE**, brasileiro, casado, regime de Comunhão Universal de Bens, empresário, portador da C.I. n.º 4.226.722-8, expedida pela SSP-PR e CIC n.º 723.340.969 - 20, residente e domiciliado à Av. Manoel Ribas, 354, 1.º andar CEP 85580-000, na cidade de Itapejara D'Oeste Pr, resolvem por meio deste instrumento particular, constituírem uma sociedade empresarial limitada, que se regerá pelo novo Código Civil 2002 e conforme cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade girará sob o nome empresarial de **CORTESE & CORTESE LTDA.**, e terá sua sede e foro, à Av. Manoel Ribas 354, Bairro centro, CEP 85580-000, na cidade de Itapejara D'Oeste, comarca de Pato Branco Pr, (art. 997, II, CC/2002).

CLÁUSULA SEGUNDA - O capital social será de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), dividido em 60.000 (sessenta mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), a serem integralizadas pelos sócios da seguinte forma:

a)- O sócio **RUI CORTESE**, subscreve e integraliza a importância de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), da seguinte forma, (art. 997, III, CC/2002) (art. 1.055, CC/2002).

1.º - R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), neste ato em moeda corrente do país, servindo o presente como recibo.

b)- O Sócio **RUI ALEX CORTESE**, subscreve e integraliza a importância de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), da seguinte forma:

1) - R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), integralizados neste ato em moeda corrente do país, servindo o presente como recibo (art.997, III, CC/2002) (art.1.055, CC/2002).

CLÁUSULA TERCEIRA - A sociedade tem por objetivo mercantil a atividade de "**Comércio varejista de móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos, instrumentos musicais, artigos de tapeçaria, iluminação, divisórias e de utilidades doméstica**".

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade iniciará suas atividades em 02 de janeiro de 2006 e seu prazo de duração é indeterminado. (art.997, II, CC/2002)

CLÁUSULA QUINTA - As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se posta a venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual permanente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).



CORTESE & CORTESE LTDA.
C.N.P.J. n.
CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA SEXTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002).

CLÁUSULA SÉTIMA - A administração da sociedade caberá a ambos os sócios **RUI CORTESE** e **RUI ALEX CORTESE**, com poderes e atribuições de administrar conjuntamente o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (art. 997, VI; 1.013, 1.015, 1.064, CC/2002)..

CLÁUSULA OITAVA - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002).

CLÁUSULA NONA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, Parágrafo 2.º e art. 1.078, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de " Pró-labore ", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Falecendo qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e ou incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu sócio. (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, parágrafo 1.º, CC/2002).



CORTESE & CORTESE LTDA.
C.N.P.J. n.º
CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Os sócios declaram que a empresa se enquadra como Microempresa e que o volume de sua receita anual não excederá o limite fixado no INCISO I do artigo 2.º da Lei Federal n.º 9841 de 05/10/1999, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionados no artigo 3.º desta lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – As deliberações sociais que serão tomadas em reunião de sócios, cujo quorum de instalação e de decisão será a maioria simples do Capital Social, nos casos em que a Lei não exigir quorum maior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - a Reunião dos sócios será convocada pelo Administrador e ou sócio, com 10 (dez) dias de antecedência, mediante expedição de carta convocatória, com local, data, hora e a ordem do dia da reunião, para os endereços que os sócios, para esse fim, depositarem na sede da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica eleito o foro de Pato Branco para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença de testemunhas.

Itapejara D'Oeste, Pr, 13 de setembro de 2005.


RUI CORTESE


RUI ALEX CORTESE

TESTEMUNHAS


Julio Cesar Nichile
C.I. n.º 1.506.364-5 PR


Noir Antonioli
C.I. n.º 1.256.472 PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
ESCRITORIO REGIONAL DE PATO BRANCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 19/09/2005
SOB NÚMERO: 41205562853

Protocolo: 05/353028-4

CORTESE & CORTESE LTDA


MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
ESCRITORIO REGIONAL DE PATO BRANCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 19/09/2005
SOB NÚMERO: 20053530292

Protocolo: 05/353029-2

Empresa: 41 2 0556285 3

CORTESE & CORTESE LTDA

0140719


MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL

0140715